



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005601-28.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Dever de Informação**  
 Requerente: **Luciana da Silva Bernal**  
 Requerido: **Itaú Unibanco S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

**Vistos.**

**Luciana da Silva Bernal** ajuizou ação contra **Itaú Unibanco S/A** alegando, em síntese, que foi informada por atendente do banco requerido que, para quitação de todas as dívidas, deveria efetuar o pagamento de R\$ 2.346,50, tendo assim procedido em 23 de maio de 2016. Ocorre que nos meses seguintes continuou a receber a cobranças, que reputa indevidas, além de seu nome ter sido inscrito em cadastros de proteção ao crédito. Pede a declaração de inexistência de débito e a condenação do requerido ao pagamento de indenização por danos morais, no valor correspondente a cinquenta salários mínimos, retirando-se a inscrição. Juntou documentos.

O pedido de tutela provisória foi deferido e cumprido, conforme ofícios anexados aos autos.

O requerido foi citado e contestou alegando, em suma, que o valor pago pela autora abrangia apenas um dos três contratos vigentes. Logo, as cobranças dos valores foram corretas, não havendo que se falar em dano moral. Pediu a improcedência da ação. Juntou documentos.

A autora apresentou réplica.

**É o breve relatório.**

**Fundamento e decido.**

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de outras provas, haja vista o teor das alegações das partes e documentos apresentados, que bastam para a pronta solução do litígio.

O pedido é improcedente.

A autora comprovou, pelo documento de fl. 10, que efetuou o pagamento de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

R\$ 2.346,50, em 23 de maio de 2016, apenas no que se refere ao contrato de nº 000000129468104, denominado CSGINSS NDMC AT. Não há menção alguma de tal pagamento visava à quitação dos três contratos celebrados com o requerido.

De fato, o documento de fl. 09, por sua vez, enuncia proposta de quitação relativa a dois outros contratos: a) nº 000004900165681, denominado AD. DEPOSITANTES; b) nº 000000077223063, denominado CREDCOMP6P. Esses contratos não estão mencionados na proposta de pagamento de fl. 10, como já afirmado, razão pela qual não podem ser considerados adimplidos ou renegociados.

Veja-se que as cobranças posteriores à quitação do contrato de nº 000000129468104 restringem-se corretamente aos dois outros não adimplidos, de nº 000004900165681 e 000000077223063, conforme, por exemplo, o documento de fl. 13. E o banco requerido, em contestação, juntou os documentos correspondentes a estes contratos ainda vigentes (fls. 40 e seguintes).

Portanto, como a autora não comprovou, por documento, a quitação dos três contratos mantidos com o requerido, as cobranças efetuadas por este são legítimas, não havendo que se falar, assim, em declaração de inexistência de débito, menos ainda em indenização por danos morais, até porque, diga-se de passagem, a autora teve seu nome incluídos em outras oportunidades (cf. fls. 32/34 e 99/100).

Ante o exposto, **julgo improcedente o pedido, revogando-se a tutela provisória de fl. 20, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Condeno a autora ao pagamento das custas processuais respectivas e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da ação, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, ressalvada a gratuidade processual, nos termos do artigo 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 01 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**